

DECLARAÇÃO PRESIDENCIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Presidentes da República Argentina, Mauricio Macri; da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro; da República do Paraguai, Mario Abdo Benítez; e a Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai, Lucía Topolansky Saavedra, Estados Partes do MERCOSUL, reunidos em Bento Gonçalves, Brasil, em 5 de dezembro de 2019, por ocasião da LV Cúpula de Presidentes do MERCOSUL:

1. Renovaram seu empenho em continuar a promover o desenvolvimento sustentável, conjugando crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, em linha com seus compromissos internacionais, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações.
2. Coincidiram em que o objetivo primordial das políticas nacionais de desenvolvimento sustentável é a prosperidade e o bem-estar das suas populações.
3. Enfatizaram que a erradicação da fome e da pobreza em todas as suas formas e dimensões é um dos principais desafios enfrentados pelas nossas sociedades e um requisito para a promoção do desenvolvimento sustentável.
4. Reconheceram a imensa riqueza do patrimônio natural dos países do MERCOSUL e reafirmaram o direito soberano dos estados a utilizar seus próprios recursos naturais, de acordo com suas prioridades e em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento sustentável e com os acordos internacionais dos quais são partes.
5. Coincidiram que o comércio deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, ao reforçar os seus três pilares, econômico, social e ambiental. Corroboraram que políticas comerciais e ambientais devem apoiar-se mutuamente, evitando que se inverta essa lógica e se faça uso de questões ambientais para justificar o protecionismo comercial. Ao mesmo tempo, ressaltaram a prioridade fundamental de salvaguardar a segurança alimentar e acabar com a fome e recordaram a particular vulnerabilidade dos sistemas de produção de alimentos aos efeitos adversos da mudança do clima.
6. Afirmaram que a promoção do desenvolvimento sustentável é uma missão que demanda o engajamento de todos os países e sublinharam a centralidade do princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas nesse contexto.
7. Reconheceram o desafio enfrentado pela comunidade internacional no enfrentamento da mudança do clima e destacaram que os países da região têm atuado para adaptar e mitigar a mudança do clima além da sua contribuição histórica para o aumento da temperatura média global. Recordaram que, conforme o estabelecido no Acordo de Paris, as Partes que são países desenvolvidos deverão seguir encabeçando os esforços, adotando

metas absolutas de redução das emissões de gases de efeitos estufa cada vez mais ambiciosas.

8. Avaliaram que o atual contexto internacional apresenta desafios significativos para o crescimento e para a preservação ambiental e frisaram a importância de contar com um sistema econômico - comercial internacional que favoreça o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento.

9. Destacaram que a cooperação internacional é fundamental para permitir que os países em desenvolvimento alcancem seus objetivos de desenvolvimento sustentável e instaram a comunidade internacional e em particular aos países desenvolvidos a incrementar seus esforços e compromissos de apoio aos—países em desenvolvimento por meio do fornecimento de recursos financeiros e tecnológicos necessários.

10. Recordaram o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, de 2001, e se comprometeram a incrementar a cooperação no âmbito do MERCOSUL para a implementação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável.

11. Neste âmbito, frisaram a importância de implementar políticas e projetos de cooperação sobre a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana, com foco no combate ao lixo no mar, tratamento de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas e áreas contaminadas, e em outras áreas que se considerem prioritárias.

12. Expressaram solidariedade ao povo e ao governo do Brasil por conta do derramamento de petróleo que contaminou suas águas territoriais e parte do litoral do país e apoiaram os esforços do governo de mitigar o impacto do referido vazamento.